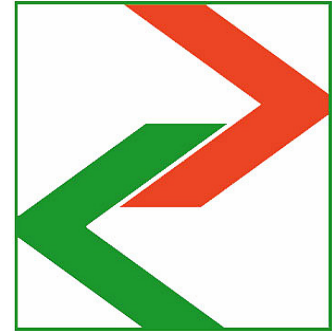


Arbeitsgemeinschaft Europäischer Grenzregionen (AGEG)
Asociación de Regiones Fronterizas Europeas (ARFE)
Association des régions frontalières européennes (ARFE)
Association of European Border Regions (AEBR)
Comunità di lavoro delle regioni europee di confine (AGEG)
Europæiske grænseregioners Arbejdsfællesskab (AGEG)
Werkgemeenschap van Europese grensgebieden (WVEG)
Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)
Σύνδεσμος Ευρωπαϊκών Συνοριακών Περιφερειών (ΣΕΣΠ)
Stowarzyszenie Europejskich Regionów Granicznych (SERG)
Ассоциация Европейских Приграничных Регионов (АЕПР)



(SUMÁRIO EXECUTIVO EN PORTUGUÊS)

FINAL REPORT

CROSS-BORDER COOPERATION IN LATIN AMERICA

Contribution to the regional integration process

(Reference nº 2009.CE.16.0.AT.118)

**Association of European Border Regions
(AEBR)**

October 2010

Sumário executivo

O presente estudo foi realizado no quadro do apelo do Parlamento Europeu de integrar a Política Regional da União Europeia (UE) num contexto mais internacional e na política de cooperação com países terceiros da UE. Descreve também um plano de trabalho para a Cooperação Transfronteiriça (CTF) na América Latina, em estreita colaboração com a UE e outros parceiros europeus.

A nova perspectiva da Comissão Europeia (DG Regio) concentrada nos aspectos territoriais da associação estratégica entre a UE e a América Latina é um grande passo para atingir melhores níveis de coesão territorial. Mas é preciso ter em atenção que na América Latina existem condições prévias para o desenvolvimento regional e a CTF de carácter geográfico, histórico, económico, social e político que são extremamente distintas da situação e experiência europeias. A vontade política de desenvolver CTF na Europa está ligada ao processo de integração supranacional iniciado neste continente após a II Guerra Mundial, assim como a processos nacionais e subnacionais. Por razões históricas, os governos dos países latino-americanos têm sido até ao momento os actores políticos mais relevantes. As regiões, províncias, departamentos e municípios dependem política e financeiramente dos governos nacionais, assim como do ponto de vista da planificação. Até agora, ainda não se verificou qualquer perspectiva da CTF com base no território, com estruturas operacionais como as que se desenvolveram na Europa.

Na última década, foi possível confirmar-se um aumento substancial da vontade política para apoiar, desenvolver e fortalecer a CTF na América Latina. Não há dúvida de que as administrações regionais e locais latino-americanas estão a desempenhar um papel de importância crescente em muitos aspectos transfronteiriços, tal como o sector económico e as ONGs. A regionalização e a CTF estão cada vez mais presentes nas agendas políticas de todos os países do MERCOSUR (particularmente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os membros originais). Mas, na maior parte das vezes, a CTF desenrola-se de uma maneira informal e pouco estruturada.

Chegou o momento de debater em profundidade uma estratégia clara e específica e recursos financeiros comuns, assim a repartição de tarefas e responsabilidades entre os diversos níveis (supranacional, nacional, regional e local). Predominam as actividades isoladas, em princípio vantajosas, que dependem demasiado do compromisso de indivíduos, organizações ou instituições concretas (com o conseqüente risco de as actividades cessarem se determinadas pessoas deixarem de as protagonizar). Não costumam fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento regional nem de uma abordagem geral de desenvolvimento transfronteiriço e, por vezes, competem entre si. A experiência na UE demonstra que as instituições ou estruturas permanentes de CTF são muito úteis, uma vez que canalizam a cooperação de uma forma mais estratégica e permanente.

Uma das constatações deste estudo consiste na evidência de que a experiência europeia em cooperação transfronteiriça e inter-regional está a adquirir uma importância cada vez maior na América Latina. Muitos dos interessados locais pretendem utilizar este conjunto único de experiências e aproveitar a melhor (e a pior) prática disponível para desenvolver uma CTF real entre a maior parte dos países. Isto é verdade principalmente no que diz

respeito às áreas fronteiriças entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Neste sentido, foram seleccionadas as seguintes áreas fronteiriças da América do Sul como casos concretos neste relatório:

- A Tripla Fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai
- A fronteira bilateral brasileiro-uruguaia

Neste estudo foi utilizada uma análise DAFO (*SWOT*) para as áreas seleccionadas na América do Sul e esboçou-se um relatório inicial sobre a situação da CTF na América Central. A análise DAFO ocupa-se brevemente da situação socio-económica, da divisão territorial e dos desafios e oportunidades (com base na informação disponível). Descreve igualmente os factores internos e externos favoráveis ou desfavoráveis à CTF.

As enormes distâncias, a falta de instalações conjuntas de controlo fronteiriço, as escassas infra-estruturas (em comparação com os padrões europeus), assim como a fragilidade das economias, têm um enorme impacto no desenvolvimento de uma CTF sustentável, a ser fortalecida no futuro. Em alguns casos, a dificuldade não reside tanto em encontrar os recursos financeiros, mas na utilização de fundos nacionais para actividades transfronteiriças (os fundos nacionais são destinados unicamente a projetos nacionais).

As administrações locais e regionais não dispõem de formação orientada para a CTF para desenvolver programas ou estratégias conjuntas, organizar uma cooperação permanente ou estabelecer estruturas ou instituições transfronteiriças para a cooperação.

Como resultado deste estudo, planeou-se um conjunto de projetos concretos, um plano de acção e um plano de trabalho, incluindo os próximos passos para fortalecer a CTF nas áreas fronteiriças seleccionadas e como proceder noutras fronteiras latino-americanas. Tendo em conta a experiência da UE e os intercâmbios com especialistas latino-americanos, pode afirmar-se que:

- A CTF criará um valor acrescentado sustentável e contribuirá para a integração latino-americana, tornando-se a base da “Casa Latino-americana. Para ter ser bem-sucedida, as zonas que continuam de costas voltadas neste processo de integração devem agora enfrentar-se, ao mesmo tempo que respeitam as respectivas soberanias nacionais. E devem igualmente superar-se barreiras e preconceitos.
- Uma CTF descentralizada a nível local e regional em colaboração com os governos nacionais e os organismos supranacionais é o instrumento mais adequado para preparar essa nova qualidade das fronteiras como espaços de encontro que oferecem uma vasta gama de oportunidades.
- O êxito da CTF na América Latina deve ter por base os seguintes elementos-chave:
 - Um desenvolvimento passo a passo (primeiro as tarefas, depois a estrutura);
 - O fortalecimento das tarefas e responsabilidades locais e regionais;
 - Uma abordagem estratégica/programática;
 - Projetos realmente conjuntos;

- Uma estrutura permanente de trabalho por área transfronteiriça (informal, posteriormente formal) como actor principal (tomada conjunta de decisões, secretariado e pessoal conjuntos);
- Recursos financeiros comuns próprios.

Plano de acção a curto e médio prazo (nas fronteiras da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai)

O objectivo principal é melhorar a CTF, assegurando o tráfego desde uma actividade transfronteiriça esporádica até uma perspectiva mais programática e estratégica (sustentabilidade).

Para envolver todos os interessados de ambos os lados da fronteira e conseguir uma abordagem mais estratégica da CTF, deve desenvolver-se um programa de formação coerente que fortaleça as capacidades locais e regionais.

Numa primeira fase, recomenda-se a implementação de um processo paralelo, uma vez que a formação específica e a elaboração de estratégias/programas precisam de tempo. Entretanto, deve conceber-se e realizar-se uma série de projetos e outras acções transfronteiriças que advenham da análise DAFO. Caso contrário, nada acontecerá durante esta fase, tendo como resultado um alto grau de frustração entre os actores e os cidadãos que tenham criado maiores expectativas.

Na Tripla Fronteira estendida (AR/BR/PR) e na fronteira entre o Brasil e o Uruguai deve estabelecer-se uma organização ou associação transfronteiriça em cada área (composta pelas administrações locais e regionais) evitando a duplicidade de estruturas. A referida organização deve ser responsável por gerir e coordenar todas as actividades transfronteiriças (responsabilidade política). Em cada departamento ou província envolvida, deve existir uma pessoa destinada exclusivamente à CTF. A nível nacional, um departamento (e uma pessoa) deveria assumir a responsabilidade geral da cooperação territorial, com especial atenção à CTF. Os fundos nacionais destinados às actividades transfronteiriças devem ser orçamentados de forma plurianual.

O papel da UE é estimular e facilitar este processo, intensificando os contactos políticos e destinando alguns recursos financeiros para tornar possível a implementação das recomendações.

Plano de trabalho para o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça na América Latina

A CTF na América Latina deve ser levada a cabo a nível local, regional e nacional (Governança Multi-nível e Subsidiariedade) com o apoio das organizações supranacionais (MERCOSUR, CAN, UNASUR) e a participação do sector económico e outros actores não governamentais da sociedade civil (Princípio de Parceria). A relevância do nível subnacional (perspectiva de baixo para cima) deve crescer dentro do ciclo completo deste processo de integração regional.

Para alcançar este objectivo, a coesão económica e social será reforçada por programas, projetos e estruturas transfronteiriças sem alterar os direitos de soberania. Este estudo propõe três grupos de objectivos:

- *Objectivos a curto prazo*: projetos concretos, necessidade de cooperação descentralizada, criação de associações, estruturas informais para a CTF em geral;
- *Objectivos a médio prazo*: aumento das capacidades locais e regionais para uma CTF sustentável, elaboração de estratégias, programas e projetos conjuntos, reforçar as instituições transfronteiriças; e
- *Objectivos a longo prazo*: com vista ao processo de integração regional em toda a América Latina.

Paralelamente, deve ser reforçado desde o primeiro momento:

- O processo político para definir uma visão territorial que melhore a integração económica e social e o desenvolvimento regional da América Latina mediante a CTF.
- As capacidades locais mediante um programa de formação em CTF para funcionários, políticos e outros interessados.

Projetos concretos

O desenvolvimento do plano de trabalho acima descrito é um processo difícil. Para iniciar uma colaboração bem sucedida entre a Europa e a América Latina que promova a CTF recomenda-se a cooperação na implementação de uma série de projetos seleccionados:

A Rota Transfronteiriça das Reduções Jesuíticas

Com base na promoção nacional existente de uma rota das Missões Jesuíticas através de organizações do Paraguai e da Argentina, o objectivo do projeto é construir uma rota turística transfronteiriça, e mais tarde transnacional (de acordo com os seus antecedentes históricos), que inclua uma estrutura de gestão que desenvolva e defina produtos e potenciais turísticos para uma extensa comercialização mundial.

Comissão Mista Argentino-Paraguaia do Rio Paraná (COMIP)

O principal objectivo da COMIP é elevar a cooperação existente, mais técnica e centrada no controlo do rio Paraná, a uma cooperação mais política e estratégica, envolvendo as comunidades e todos os sectores interessados numa CTF prática ao longo do rio Paraná.

Cidades Gémeas

Desempenham um papel muito importante no desenvolvimento da CTF na fronteira uruguaio-brasileira. Actualmente, são as portas que ligam outras cidades e metrópoles distantes, e lugares para actividades menores que contribuem para o desenvolvimento da economia local. Apesar dos problemas fronteiriços existentes (as actividades ilegais por exemplo), os laços socioculturais e as actividades económicas podem ser pontos de partida para desenvolver uma CTF mais sustentável.

Projeto Transnacional Rio da Prata

O triângulo do Rio da Prata (AR/BR/UR) deve constituir a área piloto para um projeto transfronteiriço e transnacional maior, que construa a Região Metropolitana da Prata, rodeada por uma rede de cidades de tamanho médio, centros regionais e comunidades rurais mediante uma próspera associação urbano-rural. Nesta área também podem ser levadas a cabo medidas-chave (melhoria da acessibilidade, transportes ecológicos e promoção da criatividade e do interesse económico) que sejam um bom exemplo para outras áreas da América Latina.

A Faixa de Fronteira do Brasil

Devem ser realçadas e apoiadas por todos os meios as diversas iniciativas levadas a cabo pelo Governo Federal e os Estados do Brasil. Particularmente interessantes são os estudos levados a cabo pelo Grupo RETIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a Faixa de Fronteira Brasileira. O RETIS e a ARFE acordaram trocar pontos de vista com o Governo do Brasil e a Comissão Europeia para ampliar estes estudos com a participação dos países vizinhos em todo o processo.